

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Tarde Class.: Constituições/Revisão

Data: 21/02/94 Pg.: 3 ROTR00 34

REVISÃO

# AMBIENTALISTAS TEMEM RECUO

**Propostas de alteração da Constituição ameaçam sistema de preservação ambiental, dizem os especialistas.**

O Congresso está muito menos sensível à questão ambiental do que em 88, quando os então deputados e senadores aprovaram uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo. Hoje, depois de sofrer o impacto das leis de proteção — que dificultam empreendimentos e atividades predatórias —, alguns setores econômicos, aliados a grupos organizados de deputados, aproveitam a revisão constitucional para tentar tornar menos restritiva a legislação ambiental brasileira. Grande parte das 17 mil emendas revisionais, embora não tenham sido apresentadas diretamente no capítulo do Meio Ambiente, ameaçam o sistema de preservação vigente. É o caso de uma série de emendas que, sob a justificativa de descentralizar a administração, transferem bens da União para Estados e municípios. Se aprovadas, os Parques Nacionais, as reservas indígenas e extrativistas e as Unidades de Conservação — entre outros bens da União — mudarão de mãos e de gestores. É uma ameaça, segundo os ambientalistas, já que a bandeira da descentralização deve atrair muitos votos. “O perigo de transferir bens da União não se resume à falta de recursos financeiros de Estados e municípios para geri-los, mas

também à falta de capacitação técnica”, protesta o ambientalista João Paulo Capobianco, superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica.

Regras diferentes para preservar o mesmo tipo de ecossistema põem em risco de extinção iminente, por exemplo, os 8% de Mata Atlântica que restam no País: “Se cada Estado resolver manejar sua área de Mata Atlântica de uma forma diferente, será uma tragédia. A natureza não respeita esse tipo de barreira. A preservação depende do ecossistema como um todo”, adverte Capobianco.

Para os ambientalistas, a ação do lobby antiecológico no Congresso é evidente: várias emendas idênticas foram apresentadas por diferentes deputados. E se algumas delas escondem ameaças ambientais nas entrelinhas, outras remetem diretamente ao retrocesso. É o caso das emendas que visam eliminar os Eia-Ri-



Feldman: contra a descentralização.

ma (Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental), obrigatórios, criados para impedir obras com potencial de devastação — como por exemplo a cons-



Morimoto: invertendo valores mundiais.

trução da Rodovia do Sol, que ligaria São Paulo ao litoral norte.

Há também um grupo de emendas que visam retirar do Congresso a competência pa-

locais. “A transferência da responsabilidade aos prefeitos poderia ter um impacto de devastação maior do que qualquer outro”, diz o deputado Fábio Feldman.

Se depender da vontade de parlamentares como Antonio Morimoto, do PPR de Rondônia, os dias das áreas verdes no Brasil estão contados. O deputado acha que a defesa do meio ambiente deve ser feita sem prejuízo do desenvolvimento sustentado. Sua emenda inverteu os princípios mundiais, aprovados por todo os países que participaram da Rio-92, que determinam que o desenvolvimento econômico não deve ocorrer em prejuízo do meio ambiente. “Desse jeito, em vez do empreendedor

ra aprovar as atividades nucleares. Outro sugere que o Imposto Territorial Rural, cujo valor é determinado pelo grau de utilização da área, passe à responsabilidade dos municípios — muito mais sujeito às pressões empresariais

ter que provar que não está degradando a natureza, quem vai ter que provar que não está atrapalhando o desenvolvimento, vai ser o órgão ambiental. É um absurdo”, protesta Capobianco.

Depois de analisar o teor das emendas enviadas ao Congresso, Feldman, relator-adjunto do Capítulo de Meio Ambiente, Índio e Defesa do Consumidor, faz uma denúncia: “Os parlamentares mais interessados no uso predatório da natureza são os da região amazônica”. Embora acredite que vá conseguir evitar o retrocesso da legislação ambiental, Feldman revela grande preocupação com as áreas indígenas.

O deputado denuncia uma aliança formada entre parlamentares do Centro-Oeste e do Norte do País e setores madeireiros e mineradores, na tentativa de aumentar as atividades de mineração e extração de madeira nas reservas indígenas e alterar o processo de demarcação das reservas. “Esses deputados propõem que os interesses econômicos de Estados e municípios sejam considerados, antes da demarcação das terras indígenas”, diz Feldman, que está empenhado em fazer passar a emenda que diminui as bancadas do Norte e Centro-Oeste.

Patricia Ferraz

### LEGISLAÇÃO ATUAL É ELOGIADA

**Opinião pública pressionou constituintes de 88**

Se dependesse do atual Congresso, a legislação ambiental em vigor não teria sido aprovada, segundo ecologistas e parlamentares comprometidos com a defesa do meio ambiente. Em 88, pressionados pelas ONGs verdes que surgiram em 85 e pela opinião pública mundial, chocada com os números

da devastação na Amazônia divulgados em 87, parlamentares e empreendedores não puderam fazer oposição. Resultado: ecologistas e parlamentares preocupados com a questão ambiental conseguiram aprovar a legislação que é elogiada em todo o mundo.

P.F.